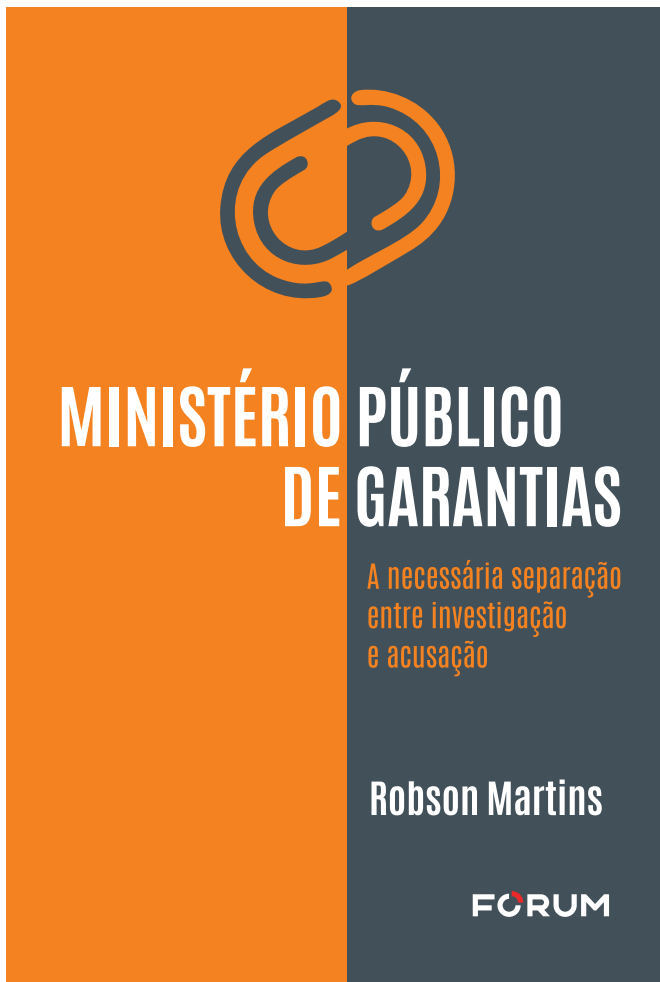


Robson Martins



MINISTÉRIO PÚBLICO DE GARANTIAS

A necessária separação entre investigação e acusação

Área específica
DIREITO CONSTITUCIONAL.

Áreas afins do livro
PROCESSUAL PENAL, PENAL.

Neste livro o autor se dedicou a estudar as atribuições do Ministério Público, voltando-se especificamente para a seara penal, trazendo a lume a essência do Parquet em defender a dignidade da pessoa humana e o Estado Democrático de Direito, correlacionando a possibilidade ou não de separação das funções de investigar e acusar.

Palavras-chave
ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO, JUIZ DE GARANTIAS, LEI ANTICRIME, PRECEDENTES, MINISTÉRIO PÚBLICO, SEPARAÇÃO DAS FUNÇÕES DE INVESTIGAR E ACUSAR.

FORMATO: 14,5 × 21,5 cm
CÓDIGO: 10003534

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

M386m Martins, Robson
 Ministério Público de Garantias: a necessária separação entre investigação e
 acusação / Robson Martins. - Belo Horizonte : Fórum, 2023.
 208 p. ; 14,5cm x 21,5cm.

 Inclui bibliografia.
 ISBN: 978-65-5518-516-4

 1. Estado Democrático de Direito. 2. Juiz de Garantias. 3. Lei Anticrime. 4.
 Precedentes. 5. Ministério Público. I. Título.

2023-294

CDD: 347
CDU: 347

Ficha catalográfica elaborada por Odilio Hilario Moreira Junior – CRB-8/9949

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

MARTINS, Robson. *Ministério Público de Garantias: a necessária separação entre investigação e acusação*. Belo Horizonte: Fórum, 2023. 208 p. ISBN 978-65-5518-516-4.

Robson Martins

Doutor em Direito pela ITE/SP. Doutorando em Direito da Cidade pela UERJ. Mestre em Direito pela UFRJ e Universidade Paranaense. Especialista em Direito Civil, Notarial e Registral pela Universidade Anhanguera. Professor universitário. Técnico da JFPR entre 1993 e 1999. Promotor de Justiça do Paraná entre 1999 e 2002. Procurador da República.

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO 1	
DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA AO JUIZ DAS GARANTIAS	27
1.1 A dignidade da pessoa humana e o acesso à Justiça.....	28
1.2 Direito e processo penal no Estado Democrático de Direito.....	39
1.3 A investigação criminal e o descumprimento aos direitos fundamentais.....	44
1.4 Conceitos iniciais	49
1.5 Os Juizados de Instrução no projeto de Código de Processo Penal de 1941	55
1.6 Os Juizados de Instrução nos projetos legislativos mais recentes.....	64
1.7 Os Juizados de Instrução no Direito Comparado.....	71
CAPÍTULO 2	
A INVESTIGAÇÃO CRIMINAL PELO MINISTÉRIO PÚBLICO: SISTEMAS PROCESSUAIS PENAIS, ORIGENS, TRATAMENTO NO DIREITO COMPARADO E PROJETOS DE LEI E DE EMENDAS À CONSTITUIÇÃO	81
2.1 O Ministério Público: origens e institucionalidade	82
2.2 Sistemas processuais penais.....	86
2.3 O Ministério Público e o asseguramento da dignidade da pessoa humana.....	90
2.4 Garantias institucionais do Ministério Público na Constituição de 1988.....	98
2.5 Investigação criminal pelo Ministério Público: das origens às propostas legislativas atuais	111
2.6 A investigação criminal pelo Ministério Público no Direito Comparado.....	116
2.7 A (im)possibilidade constitucional da investigação criminal pelo <i>parquet</i>	120
2.8 O Gaeco e as “forças-tarefa” no âmbito do Ministério Público ..	126
CAPÍTULO 3	
A SUPERVENIÊNCIA DO SISTEMA DO JUIZ DE GARANTIAS E SUA ADAPTAÇÃO À CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988: A REINTERPRETAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES.....	135
3.1 Política Criminal: relações com a Criminologia e o Direito Penal	137
3.2 Política Criminal e a máxima efetividade dos Direitos Fundamentais processuais	140
3.3 Política Criminal e princípios do Processo Penal: o sistema do Juiz das Garantias e a imparcialidade	144
3.4 O entendimento do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça acerca da instalação do Juiz das Garantias no Brasil.....	150
3.5 A Súmula nº 234 do Superior Tribunal de Justiça, o Tema nº 184 de Repercussão Geral do Supremo Tribunal Federal e a Resolução nº 181/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público: entendimentos e repercussões.....	155
3.6 O papel do Juiz no Processo Penal Constitucional	162
3.7 A divisão das funções judiciais a partir do Juiz das Garantias...	165
3.8 A imparcialidade do Ministério Público e sua necessária reinterpretação a partir do Juiz das Garantias	168
CONSIDERAÇÕES FINAIS	175
REFERÊNCIAS.....	189